



## CCJ analisará decisão de Renan sobre pedidos de CPIs

Presidente do Senado, Renan Calheiros, rejeitou questões de ordem do governo e da oposição contra requerimentos de CPIs e manteve a possibilidade de investigação de denúncias sobre a Petrobras e os metrô de São Paulo e do DF. Decisão, porém, passará por análise da CCJ

Pedro Franco/Agência Senado



Moreira Mariz/Agência Senado



Opositoristas e governistas travaram duro embate ontem na sessão deliberativa do Senado. Renan pediu que CCJ examinasse a decisão dele sobre pedidos de CPIs

**C**aberá à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) a palavra final sobre o embate entre senadores de oposição e da base aliada em torno do alcance das investigações da Comissão Parlamentar de Inquérito da Petrobras, que poderá incluir denúncias sobre o metrô de São Paulo.

Oposição protocolou ontem pedido de CPI mista, que deverá ser lido na sessão do Congresso Nacional do dia 15. **11 e 12**

### Fórum reúne 101 sugestões para infraestrutura do país 9

Jonas Pereira/Agência Senado



Congresso iluminado de azul em homenagem ao Dia Mundial de Conscientização do Autismo, criado pela ONU

### Famílias criticam governo por tratamento em CAPs

Na regulamentação da Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, governo prevê atendi-

mento aos autistas nos centros de atenção psicossocial (CAPs), inicialmente voltados para doentes mentais e viciados em drogas. **5**

### Tipificação do crime de feminicídio passa em comissão 4

### Cientista prevê grandes mudanças para a vida humana 6

### Pescadores terão regras especiais de aposentadoria 7

### Vazão reduzida do São Francisco gera cobrança dos usuários do rio 8

### Prefeituras querem mais tempo para eliminar lixões 10

### Aprovado fim de doações de empresas a campanhas

Comissão de Constituição e Justiça acolheu substitutivo de Roberto Requião a projeto de

Vanessa Grazziotin, que vai para a Câmara se não houver recurso para votação em Plenário. **2**



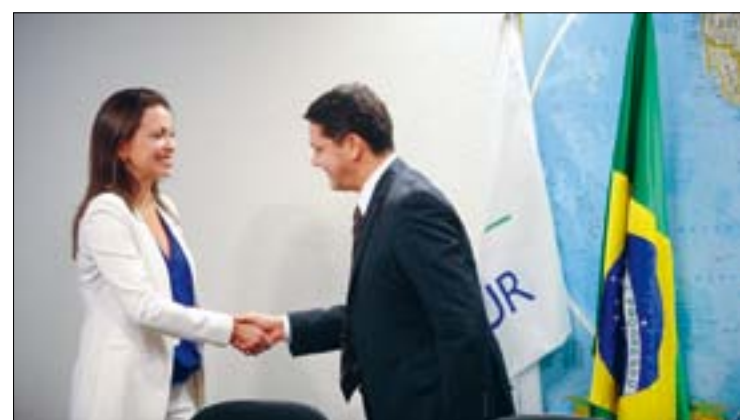
Genaldino Magalhães/Agência Senado

Texto do substitutivo de Requião amplia alcance da proposta de Vanessa

### Deputada venezuelana cassada pede apoio ao Brasil

Na Comissão de Relações Exteriores, María Corina Machado relatou os conflitos na Venezuela, onde faz

oposição ao governo de Nicolás Maduro. Ela recebeu críticas e apoio de senadores e manifestantes. **3**



Marcos Oliveira/Agência Senado

María Corina Machado cumprimenta Ricardo Ferraço, presidente da comissão

# CCJ aprova fim de doações de empresas a campanhas

A Comissão de Constituição e Justiça acatou substitutivo de Roberto Requião a projeto de Vanessa Grazziotin e proposta poderá seguir para a Câmara se não houver recurso para votação em Plenário

A COMISSÃO DE Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem, em decisão terminativa, substitutivo a projeto de lei (PLS 60/2012) da senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) proibindo doações de empresas em dinheiro, ou por meio de publicidade, a candidatos e partidos políticos.

Se não houver recurso para votação pelo Plenário, a matéria será enviada à Câmara dos Deputados.

O substitutivo foi apresentado pelo relator, senador Roberto Requião (PMDB-PR), e altera dispositivos da Lei das Eleições (Lei 9.504/1997). Originalmente, o PLS 60/2012 pretendia proibir apenas a oferta de recursos por empresas com dirigentes condenados em instância final da Justiça por corrupção ativa.

A intenção de Vanessa era estender aos doadores de campanha, sejam pessoas físicas ou jurídicas, as limitações já impostas aos candidatos

pela Lei da Ficha Limpa (Lei Complementar 135/2010). O PLS 60/2012 tratou, assim, de transpor os mesmos critérios de elegibilidade definidos na Lei da Ficha Limpa para classificação de cidadãos e empresas legalmente aptos a investir em campanhas eleitorais.

## Poder econômico

Por entender que as eleições são processos com participação direta exclusiva dos eleitores, uma vez que as pessoas jurídicas não têm direito a voto, Requião decidiu pela proibição de toda e qualquer contribuição financeira de empresas a partidos e candidatos.

“Na medida em que uma regra de financiamento permite doações na proporção da propriedade de cada eleitor, o poder econômico tende a colonizar o poder político e desaparece a possibilidade de contraponto entre um e outro”, argumentou.

Quando às restrições a do-

ações de pessoas físicas, Requião considerou desnecessária a exclusão de doadores ficha-suja como proposto pelo PLS 60/2012. Atualmente, a Lei das Eleições limita as doações de cidadãos a 10% do valor dos rendimentos brutos obtidos no ano anterior.

“Considero essa regra aceitável no caso das pessoas físicas, cujas diferenças de rendimento não são, normalmente, tão grandes quanto as diferenças nos faturamentos das empresas”, declarou Requião.

## Crítica

Um dos críticos do projeto, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) condenou a mudança por estar desvinculada de outras alterações necessárias em todo o sistema eleitoral.

O parlamentar paulista lembrou que, embora a proibição de doações de pessoas jurídicas tenha vigorado por toda a ditadura militar e até 1993, isso não impediu que fossem feitas “por baixo do pano”.

## Luiz Henrique defende reforma política ampla no país

A aprovação do projeto que proíbe empresas privadas de fazerem doações a campanhas políticas (PLS 60/2012) fez com que o senador Luiz Henrique (PMDB-SC) voltasse a defender uma reforma política no país. Segundo ele, essa é a reforma mais importante para que o Brasil possa alcançar efetivamente a democracia social e reduzir as desigualdades.

Luiz Henrique disse que a reforma é necessária para definir as regras para o financiamento privado; proibir as coligações que criam o que ele chama de mercado de legendas por tempo de televisão; fixar o voto partidário em lista fechada para vereador, deputado estadual e deputado federal; e estipular mandato de seis anos sem reeleição, além de voto distrital e parlamentarismo.



Genildo Magalhães/Agência Senado

## Governador de Roraima deveria ser cassado, diz Mozarildo

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) voltou a defender a cassação do governador de Roraima, Anchieta Júnior, pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), por crime de corrupção. O senador relatou ontem, em Plenário, que o governador anunciou que vai se desincompatibilizar do cargo amanhã para concorrer ao Senado.

Segundo Mozarildo, Anchieta Júnior assumiu o governo devido à morte do então governador Ottomar Pinto e, depois de três anos, se reelegeu. Desde então, acrescentou Mozarildo, Anchieta Júnior “já fez horrores em termos de corrupção e de todo tipo de endividamento do Estado”. Além disso, de acordo com o senador, o governador teria construído uma supermansão, embora fosse um empresário falido quando assumiu o governo.



Pedro Franco/Agência Senado

## ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores realizados no Plenário após as 20h30 de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

## AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



### PLENÁRIO Programação monetária

14h Na pauta, projeto de decreto legislativo que aprova a programação monetária para o 4º trimestre de 2013.

### PRESIDÊNCIA Posse no STJ

16h Renan Calheiros preside a ordem do dia da sessão plenária; às 17h, participa da posse do desembargador Néfi Cordeiro no cargo de ministro do Superior Tribunal de Justiça, no Plenário do órgão.

### CRA Apoio ao agrotóxico natural

8h30 O primeiro item da pauta da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária é o projeto que institui a Política Nacional de Apoio ao Agrotóxico Natural.

### CDH Lei da Anistia

9h Audiência para debater a revisão da Lei da Anistia com o presidente da OAB, Marcus Vinicius Furtado Coelho. Logo após, será apresentada a nova composição da Comissão Nacional de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia.

### CRE Relação com os Estados Unidos

10h Os rumos do relacionamento do Brasil com os EUA estarão em debate na Comissão de Relações Exteriores. Foi convidado o subsecretário-geral do Ministério das Relações Exteriores Carlos Antonio da Rocha Paranhos, entre outros. A audiência será interativa.

## SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



## RÁDIO SENADO

A Rádio Senado transmite, a partir das **8h30**, reunião da **Comissão de Agricultura e Reforma Agrária**; e, às **10h**, reunião da **Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional**. Às **14h**, transmissão da **sessão plenária**. A Rádio Senado pode ser acompanhada ao vivo pela internet: [www.senado.leg.br/radio](http://www.senado.leg.br/radio).

## TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das **10h**, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **reunião da Comissão de Relações Exteriores**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.leg.br/tv](http://www.senado.leg.br/tv)) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.



Genildo Magalhães/Agência Senado

O relator Roberto Requião (D) argumentou que pessoa jurídica não tem direito a voto, que é exclusivo do cidadão

## Senadores divergem sobre decisão do STF

A maioria do Supremo Tribunal Federal (STF) se manifestou ontem pela proibição de doações de empresas para as campanhas eleitorais. Por seis votos a um, o STF foi favorável a uma ação direta de inconstitucionalidade apresentada pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) que solicitava o fim das doações.

Ainda faltam votos de quatro ministros, mas a decisão só poderá ser modificada se houver mudança de posicionamento dos ministros que já votaram. O veredito final, no entanto, pode demorar. O ministro Gilmar Mendes pediu o adiamento do debate e não há prazo para a retomada da discussão.

O senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) comemorou a

notícia. Ele considera ser “uma revolução na história política brasileira” e que respeita os princípios da democracia, da República e da igualdade.

— É uma fase nova e espero que já sirva para as eleições deste ano, no mais tardar a partir da próxima eleição. O financiamento privado das campanhas é um câncer do sistema político brasileiro. Mãe de todas as formas de corrupção.

Já o senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) teme que a proibição possa trazer prejuízos à democracia. Isso porque, segundo ele, os candidatos terão enormes dificuldades para apresentar suas ideias ao eleitorado.

— Caminha no sentido do que o PT sempre imaginou.

É o financiamento público das campanhas. Achamos que não resolve. Vai trazer uma dificuldade maior na arrecadação das campanhas, que é necessária para que elas se realizem — argumentou.

## Aprovação

Também a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou ontem, em decisão terminativa, a proibição de doações de empresas a candidatos e partidos políticos. A proposta pode seguir direto para a Câmara dos Deputados.

De acordo com a legislação atual, as empresas podem doar até 2% do faturamento bruto do ano anterior. Segundo o site Política Aberta, as empresas doaram em 2012 um total de R\$ 1.867.590.018,37.

# Deputada venezuelana pede apoio no Senado

María Corina Machado relatou conflitos e solicitou aos países da América Latina solidariedade ao movimento pela democracia. Ela recebeu apoios e críticas de senadores

UM DIA DEPOIS de liderar manifestação em Caracas em defesa do mandato, cassado pela Assembleia Nacional da Venezuela, a deputada de oposição María Corina Machado pediu ontem em Brasília a solidariedade dos povos, dos parlamentos e dos governos da América Latina ao movimento em favor da democracia.

No início das três horas de debates na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), ela solicitou a mesma atenção dada recentemente a outras nações onde a democracia esteve ameaçada.

— O que está em jogo é a democracia. Alguns dizem que há uma guerra civil, mas o que existe é uma guerra contra os civis, promovida pelo Estado. E muitos dos que foram tão ativos nos casos do Paraguai e de Honduras hoje dão as costas à Venezuela — lamentou Corina, eleita em 2010 com a maior votação da história do



Corina Machado (C) chega à comissão do Senado: “O que existe é uma guerra contra os civis promovida pelo Estado”

país, em referência à queda dos governos Fernando Lugo e Manuel Zelaya.

Proposta pelo presidente da comissão, Ricardo Ferraço (PMDB-ES), a audiência pública atraiu grande número de parlamentares, além de manifestantes favoráveis e contrários à deputada.

Durante a exposição, a venezuelana foi interrompida por gritos de “Corina golpista”,

de um grupo de militantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), simpáticos ao governo de Nicolás Maduro. Corina exibiu aos parlamentares um vídeo de três minutos com cenas de repressão dos protestos contrários ao governo, que tiveram início em fevereiro.

A resposta de Maduro, segundo Corina Machado, foi a “repressão brutal”. Desde

então, afirma, houve 2 mil detenções, 700 feridos e 62 casos de tortura grave, aí incluídas descargas elétricas e torturas psicológicas.

— Maduro estimula a ação de grupos paramilitares, em muitos casos junto com a Guarda Nacional. Na Venezuela, não há autonomia de poderes, o sistema de justiça está a serviço do poder, não há estado de direito e pratica-

mente não existe liberdade de imprensa — afirmou.

Corina foi cassada depois de participar de uma reunião do Conselho Permanente da Organização dos Estados Americanos (OEA), onde denunciou as restrições à liberdade no país. Ela aceitou oferta do Panamá e falou ao Plenário do órgão usando a cadeira daquele país.

A atitude foi utilizada pelos governistas para cassar o mandato, sob o argumento de que ela teria aceitado cargo ou função de outro país.

A decisão, referendada poucos dias depois pelo Tribunal Supremo de Justiça da Venezuela, foi contestada pela deputada, que não teve direito de defesa e foi proibida de entrar no prédio da assembleia.

— Sou deputada porque me elegeram. Isto não é ideológico, não tem nada a ver com direita e esquerda, mas sim com a diferença entre ditadura e democracia — alertou.

## Debate sobre crise no país vizinho divide parlamentares

O debate com María Corina Machado dividiu os senadores ontem, recebendo apoio da oposição e críticas de governistas.

Presidente da CRE, Ricardo Ferraço (PMDB-ES) lamentou a cassação do mandato da deputada em “rito sumário” e observou que a comissão tinha o dever de prover espaço para as “diversas vozes” do país vizinho. Ele informou que a comissão ouvirá a vice-presidente da Assembleia Nacional, Blanca Eekhout.

O líder do PSDB, Aloysio Nunes Ferreira (SP), manifestou solidariedade a Corina e repú-

dio ao governo Nicolás Maduro. Já Aécio Neves (PSDB-MG) criticou a “posição passiva” do governo brasileiro diante do “cerceamento crescente de liberdade” naquele país.

Pedro Taques (PDT-MT) lembrou que a Venezuela, membro do Mercosul, precisa respeitar a cláusula democrática do bloco. José Agripino (DEM-RN) recordou ter sido contra o ingresso do país ao bloco e elogiou a coragem de Corina. Alvaro Dias (PSDB-PR) disse que “a pior ditadura é aquela que veste a roupa da democracia”. Já Ana Amélia (PP-RS) disse ter se solidari-

zado com Corina ao saber da cassação.

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) foi a primeira a se posicionar contra a venezuelana. Ela a criticou por ter exibido cenas de violência e depoimentos de jovens contra o governo Maduro e lembrou que mortes ocorreram dos dois lados.

— Esse vídeo é uma montagem. Considero sua exibição um desrespeito ao Senado. Não queira nos enganar com aquilo — acusou.

Eduardo Suplicy (PT-SP) questionou manifestantes que pedem a saída de Maduro, democraticamente eleito.

Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) disse ter aversão à palavra “fora”, quando em referência a um presidente eleito. Por fim, Roberto Requião (PMDB-PR)

considerou o desabastecimento o maior problema da Venezuela e criticou a administração da PDVSA (a estatal de petróleo venezuelana).



Na plateia da comissão, grupos favoráveis a Maduro criticaram a venezuelana

## Perspectivas das relações entre Brasil e EUA serão discutidas

Seis meses depois do anúncio do adiamento da visita oficial da presidente Dilma Rousseff a Washington, em consequência da publicação de denúncias de que ela teria sido espionada pela NSA, agência de segurança norte-americana, as relações entre Brasil e Estados Unidos serão tema de audiência pública da Comissão de Relações Exteriores (CRE). A comissão reúne-se a partir das 10h para

debater a situação atual, os rumos e as perspectivas do relacionamento bilateral.

Foram convidados a participar da audiência o subsecretário-geral da área que abrange os EUA no Itamaraty, embaixador Carlos Antonio da Rocha Paranhos; o diretor do Instituto Brasil do Centro Internacional Woodrow Wilson, Paulo Sotero; e o presidente da Câmara Americana de Comércio no Brasil, Gabriel Rico.

## Comissão aprova nova norma para cancelar visto a estrangeiro

Mudança no Estatuto do Estrangeiro (Lei 6.815/1980) poderá evitar que decisões arbitrárias do Poder Executivo levem ao cancelamento de visto concedido a estrangeiro. A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou ontem substitutivo de Roberto Requião (PMDB-PR) a projeto de lei do Senado (PLS 141/2004) determinando que se preservem direitos e garantias fundamentais — e não apenas a liberdade de imprensa — nos processos de análise de cancelamento de visto.

O senador recomenda ainda, no substitutivo, que a decisão de cancelamento do visto seja de responsabilidade exclusiva do presidente

da República em duas situações: quando o estrangeiro for considerado nocivo à ordem pública ou aos interesses nacionais e caso se conclua pela inconveniência da presença em território nacional.

Segundo explicou o relator, o substitutivo se baseou não só no PLS 141/2004, mas também em outros dois projetos do Senado (PLSs 122 e 125, ambos de 2004), todos motivados por um mesmo episódio: a ameaça de cancelamento do visto do jornalista americano Larry Rohter, correspondente do jornal *The New York Times*, após a publicação de reportagem com críticas ao então presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

## Albergues poderão ser prestadores de serviços turísticos

Os albergues poderão ser incluídos na lista dos prestadores de serviços turísticos previstos pela Lei Geral do Turismo (11.771/2008). A proposta que prevê a inclusão foi aprovada ontem pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). O projeto (PLS 511/2011) será enviado à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) para decisão terminativa.

O relator, Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), considerou a proposição oportuna por suprir uma lacuna na Lei Geral do Turismo, a qual, “provavelmente de modo involuntário”, ignorou esse segmento do mercado. O relator fez pequenos reparos relativos à técnica legislativa.

### ACOMPANHE E PARTICIPE ÀS 10h

- ▶ **Portal e-Cidadania:** [www.senado.leg.br/ecidadania](http://www.senado.leg.br/ecidadania)
- ▶ **Tempo real:** <http://bit.ly/CREbreuaEC>
- ▶ **Facebook:** [eCidadaniaSF](https://www.facebook.com/eCidadaniaSF)
- ▶ **Twitter:** [@e\\_cidadania](https://twitter.com/e_cidadania)
- ▶ **TV:** [www.senado.leg.br/TV](http://www.senado.leg.br/TV)
- ▶ **Taquigrafia:** <http://bit.ly/notasCREbreua>
- ▶ **Alô Senado:** [www.senado.leg.br/alosenado](http://www.senado.leg.br/alosenado)
- ▶ **Tempo real:** <http://bit.ly/CREbreuaAS>
- ▶ **Facebook:** [alosenado](https://www.facebook.com/alosenado)
- ▶ **Twitter:** [@AloSenado](https://twitter.com/AloSenado)
- ▶ **Alô Senado:** 0800 612211

# Aprovada tipificação do crime de feminicídio

Comissão de Constituição e Justiça aprovou ontem proposta apresentada a partir do trabalho da CPMI da Violência contra a Mulher e que adota recomendação da Organização das Nações Unidas

O CÓDIGO PENAL pode ser modificado para prever uma forma qualificada de homicídio: o feminicídio, crime praticado contra a mulher por razões de gênero. A pena é de reclusão de 12 a 30 anos.

A inclusão desse delito no Código Penal (Decreto-Lei 2.848/1940) está prevista em substitutivo de Gleisi Hoffmann (PT-PR) ao PLS 292/2013, aprovado ontem na Comissão

de Constituição e Justiça.

A tipificação especial para o feminicídio foi recomendada pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) da Violência contra a Mulher.

Ao justificar a proposta, a CPMI observou que a aprovação da Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006) foi um ponto de partida, e não de chegada, no combate à violência contra a mulher. Daí a defesa da

inclusão do feminicídio no Código Penal, em sintonia com recomendação da Organização das Nações Unidas (ONU).

Gleisi Hoffmann apresentou substitutivo para aperfeiçoar o projeto, mas manteve a essência da proposta apresentada pela CPMI. Ela estabeleceu, por exemplo, que há razões de gênero para caracterizar o feminicídio em circunstâncias de violência doméstica e familiar, de violência sexual e de mutilação ou desfiguração da vítima.

A relatora rejeitou emenda apresentada por Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), que pretendia qualificar de forma ampla crimes “por preconceito de raça, cor, etnia, orientação sexual e identidade de gênero, deficiência, condição de vulnerabilidade social, procedência regional ou nacional, religião ou em contexto de violência doméstica ou familiar”.



Vanessa recebe em Plenário as participantes de programa da ONU Mulheres

## Jovens líderes da entidade ONU Mulheres visitam o Senado

A Procuradora da Mulher do Senado, Vanessa Grazziotin, recebeu na tarde de terça-feira, em Plenário, jovens líderes da ONU Mulheres selecionadas para o projeto do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) de incentivo a atividades de comando à frente do Executivo e do Legislativo e de movimentos sociais. Elas acompanharão durante sete meses líderes femininas em papel de destaque para relatar as dificuldades e obstáculos enfrentados até alcançar a posição de liderança, como o caso da senadora.

— O trabalho que a ONU Mulheres vem realizando é preparar ativamente essas jovens para uma vida política ativa no nosso país, e é isso

que precisamos — comemora a senadora.

Foram mais de 350 candidatas inscritas em todo o Brasil. O processo de seleção das meninas passou pelo critério de análise do currículo de cada uma, com histórico de ativismo e militância nas comunidades em que vivem. As cinco regiões do país estão representadas com jovens de várias etnias, entre elas indígenas e quilombolas, meninas do meio rural e urbano.

Ao final do programa, depois de estabelecido o contato com as líderes mentoras, as jovens apresentarão um guia de comunicação voltado para a inclusão de mulheres na política e enfrentamento à discriminação e racismo, sob a ótica da juventude.



Gleisi apresenta na CCJ substitutivo à proposta de tipificação do feminicídio

## Pesquisa sobre violência contra a mulher será debatida

Pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) que recentemente avaliou a opinião dos brasileiros e brasileiras sobre práticas de violência contra a mulher será tema de audiência pública conjunta das Comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). Marcado para terça-feira, o debate terá a presença de organizações de direitos da mulher e da jornalista Nana Queiroz, de São Paulo, que lançou pelas redes sociais o movimento “Não mereço ser estuprada”.

O requerimento da audiência foi aprovado pelas comissões ontem, tendo por base requerimento das senadoras Vanessa Grazziotin



Para Ana Rita, pesquisa jogou luz sobre a realidade brasileira

(PCdoB-AM) e Ana Rita (PT-ES). Na CAS, todas as senadoras subscreveram a proposta, que ainda indica entre os convidados um representante da Secretaria de Políticas para as Mulheres, outro do próprio Ipea e ainda

da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Divulgado na semana passada, sob o título *Tolerância social à violência contra as mulheres*, o relatório da pesquisa causou revolta pelo conteúdo das opiniões consolidadas. O quesito que vem motivando maior reação foi o que buscou traduzir a visão dos entrevistados sobre o estupro. Segundo o relatório, 65,1% concordam de forma integral (42,7%) ou parcial (22,4%) com a frase “Mulheres que usam roupas que mostram o corpo merecem ser atacadas”. Logo depois da divulgação, começou uma reação encadeada de críticas, especialmente por meio das redes sociais, ao machismo vigente na sociedade.

## Lídice lamenta resultado divulgado pelo Ipea

Lídice da Mata (PSB-BA) lamentou o resultado da pesquisa feita pelo Instituto de



Lídice diz que é preciso transformar a consciência da sociedade

Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) segundo o qual, para a maioria dos entrevistados, a forma como a mulher se veste ou se comporta pode levá-la a ser estuprada. Para a senadora, essa ideia é inaceitável, pois a vítima não pode ser transformada em ré. Ela disse que é preciso trabalhar para a transformação da consciência da sociedade brasileira.

Lídice elogiou a campanha que está sendo feita nas redes

sociais, condenando a ideia manifestada na pesquisa, e afirmou que “essa ideia inaceitável e machista” deve ser denunciada e combatida.

Lídice também elogiou o Senado pela aprovação de projeto de lei que tipifica o crime de tráfico de pessoas. Ela lembrou que o projeto é resultado da CPI do Tráfico de Pessoas e acrescentou que 85% das vítimas são mulheres, que acabam sendo usadas para exploração sexual.



## Audiência pública vai discutir revisão da Lei da Anistia

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) promove hoje audiência pública para debater a necessidade de revisão da Lei da Anistia. O autor do requerimento de debate, senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP, foto), lembrou, em recente discurso no Plenário do Senado, que a lei foi editada durante o regime militar e impede que se saiba o que de fato aconteceu durante a ditadura, além de inviabilizar a punição dos que mataram e torturaram opositores do governo autoritário.

Durante a sessão especial que marcou a passagem dos 50 anos do golpe de 1964, o senador João Capiberibe (PSB-AP) informou que a Subcomissão da Verdade, ligada à CDH, vai participar da campanha promovida pela Anistia Internacional pedindo a revisão da Lei da Anistia. Segundo ele, foi iniciada em 1º de abril a coleta de assinaturas on-line a favor da revisão.



## Bancos deverão instalar dispositivo antifurto em caixas

Todas as instituições financeiras do país poderão ser obrigadas a instalar dispositivos antifurto em caixas eletrônicos que inutilizem as cédulas ali existentes em caso de abertura irregular.

A proposta (PLS 527/2011), do senador Vital do Rêgo (PMDB-PB, foto), foi aprovada ontem pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). O relator, senador Gim (PTB-DF), recomendou a aprovação por acreditar que o mecanismo que prevê a inutilização das notas deverá desestimular investidas criminosas aos terminais. Gim também concorda que as instituições financeiras compensem o Banco Central pelas cédulas destruídas em caso de acionamento acidental do dispositivo antifurto ou de tentativa frustrada de roubo ou furto.

O projeto segue para votação em decisão terminativa na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Decreto que regula Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista prevê atendimento em rede para doentes mentais e viciados em drogas

## Autistas: famílias criticam tratamento nos CAPs

A CELEBRAÇÃO ONTEM, pela Comissão de Direitos Humanos (CDH), do Dia Mundial de Conscientização do Autismo evidenciou críticas ao decreto de regulamentação da Lei 12.764/2012, que instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. A minuta de decreto está em análise no Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Conade).

Pais e entidades se queixaram da possibilidade de o tratamento das pessoas com o transtorno ser delegado aos centros de atenção psicossocial (CAPs). Essas unidades integram a Rede de Atenção Psicossocial, financiada pelo Sistema Único de Saúde (SUS), para pessoas com problemas mentais (esquizofrenia, por exemplo) e dependentes de crack, álcool e outras drogas.

Ativistas da causa, como Berenice Piana, que é mãe de autista e dá nome à Lei 12.764/2012, asseguram que os CAPs não têm condições de atender as especificidades próprias do autismo. Como o transtorno é caracterizado

como uma deficiência múltipla e complexa, o tratamento não poderia ocorrer no mesmo espaço de assistência a dependentes químicos e a doentes mentais.

— Não é que o autista seja melhor ou pior que os doentes mentais, mas são casos diferentes, com necessidades diferentes — observou Claudia Moraes, coordenadora do Movimento Orgulho Autista Brasil (Moab) no Rio de Janeiro.

### Negociação

O apelo dirigido pelos pais acabou sensibilizando Wellington Dias (PT-PI) e Paulo Paim (PT-RS), autores do pedido de debate na CDH, e também Ana Rita (PT-ES), presidente da comissão, e Gleisi Hoffmann (PT-PR). Integrantes da base do governo, os parlamentares assumiram o compromisso de viabilizar um encontro entre representantes das entidades e o secretário nacional de Promoção da Pessoa com Deficiência, Antonio José Ferreira, membro do Conade. A negociação seria acompanhada, ainda, por um



Criança lê mensagem na CDH durante o debate de ontem que lembrou o Dia Mundial de Conscientização do Autismo

representante da Casa Civil.

— Para muitos pais e profissionais, o autista é deficiente mental. Ainda não há uma rede adequada, um cuidado especializado. É preciso cuidar para a regulamentação não sair com distorções — alertou Wellington, pai de uma adolescente autista.

### Desdobramentos

Wellington defendeu também a aprovação da lei da primeira infância (de zero

a 6 anos), que deverá ajudar a superar, por exemplo, as atuais deficiências no diagnóstico dos autistas. O senador recomendou ainda aos pais recorrerem à Defensoria Pública e à Justiça para garantir o tratamento dos filhos autistas.

Por sua vez, a deputada Mara Gabrilli (PSDB-SP) pediu o apoio de Ana Rita para sensibilizar as universidades a incluírem o autismo como disciplina obrigatória nos cursos de medicina. Wellington ponderou que, por conta da autonomia dessas instituições, o Legislativo deverá falar com os conselhos de reitores.

### Propostas

O presidente do Moab, Fernando Cotta, pediu apoio à aprovação de duas propostas de emenda à Constituição (PECs) atualmente em tramitação na Câmara dos Deputa-

dos. Trata-se da PEC 347/2009, que garante acesso à educação especializada para pessoas com deficiência sem limite de idade ou nível de instrução, e da PEC 528/2010, que assegura renda mínima para pessoa com deficiência intelectual, múltipla ou autismo.

Também está na Câmara projeto de lei de Ângela Portela (PT-RR) que obriga o SUS a adotar um protocolo de saúde estabelecendo padrões de avaliação de riscos para o desenvolvimento psíquico das crianças (PLS 451/2011).

Apesar de o Brasil não dispor de estatísticas confiáveis sobre o universo de autistas no país, estima-se que mais de 2 milhões de brasileiros convivam com o transtorno. Nos Estados Unidos, segundo Ana Rita, o levantamento mais recente indica 1 caso a cada 68 crianças na faixa etária de 8 anos.

## Paim pede que autistas sejam incluídos

Paulo Paim (PT-RS) registrou a passagem do Dia Mundial de Conscientização do Autismo e informou que, de cada 50 pessoas, 1 sofre de autismo. No Brasil, são mais de 2 milhões de autistas.

— O dia 2 de abril faz com

que nós lembremos dos autistas. Mas isso não é o bastante. Os autistas precisam mais do que isso. Precisam ser incluídos. E afinal, por onde começa a inclusão? Começa, sem dúvida, pelo acesso à educação — afirmou.



Pedro França/Agência Senado

## Projeto zera tributos de alimentos para dietas especiais

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem projeto que visa reduzir os custos de alimentos para dietas de ingestão controlada de açúcares ou com restrição de carboidratos, gorduras, proteínas e sódio. Para isso, a proposta (PLS 494/2013), de Waldemir Moka (PMDB-MS), reduz a zero as alíquotas de tributos federais incidentes sobre esses produtos.

Moka, atual presidente da comissão, observa que os alimentos para dietas especiais são normalmente caros. Com a redução dos tributos, avalia o autor, será possível diminuir os preços, o que facilitará o acesso de pessoas com baixa renda a dietas especiais, trazendo-lhes benefícios diretos à saúde, a partir de nutrição mais adequada.

A matéria foi relatada por Lúcia Vânia (PSDB-GO), que recomendou a aprovação. O texto segue agora para decisão



Lúcia Vânia critica a elevada carga tributária, que onera os doentes

terminativa na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Segundo a relatora, muitas pessoas são hoje prejudicadas por não terem condições de adquirir alimentos adequados à prescrição dietética. Ela observou que a elevada carga tributária do país e a cobrança de tributos sobre produtos destinados a recuperar ou manter a saúde é uma "forma cruel de punir quem já padece de enfermidade".

Lúcia Vânia citou dados de pesquisa do IBGE, feita entre

2008 e 2009, segundo a qual 49% dos adultos brasileiros têm sobrepeso e 14,8% são obesos. Já dados de 2012 do Ministério da Saúde, destacados pela senadora, apontam que 7,4% dos brasileiros adultos são diabéticos e 24,3%, hipertensos.

O benefício da proposta abrange os seguintes tributos: Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), PIS-Pasep, Cofins, PIS-Pasep-Importação e Cofins-Importação.

### Políticas públicas

A CAS também aprovou ontem duas políticas públicas para serem acompanhadas mais de perto pelo colegiado ao longo do ano, dentro os diferentes temas relacionados às funções da comissão: financiamento do Sistema Único de Saúde (SUS) e Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher.

## Davim desaprova crítica fechamento de UTI em Natal

Paulo Davim (PV-RN) criticou o governo do Rio Grande do Norte por fechar a mais antiga uni-



Pedro França/Agência Senado

dade de terapia intensiva pública do estado: a UTI do Hospital da Polícia Militar. Segundo o senador, o corpo clínico da UTI foi transferido para outro hospital, onde o governo promete abrir dez novas vagas. Davim disse que, como médico intensivista, considera inaceitável o fechamento da unidade, que funcionava desde os anos 80 e tinha seis vagas.

— Na verdade, se fecham seis e abrem dez, o saldo foi de apenas quatro. Não se justifica fechar leitos. Precisamos é abrir mais leitos. Fechar nunca.

## Casildo registra relatório sobre problemas no SUS

Só um aumento elevação dos gastos públicos e eficiência administrativa conseguimos garantir aos brasileiros saúde como direito de todos e dever do Estado, disse Casildo Maldaner (PMDB-SC). O senador destacou o relatório de fiscalização da saúde referente a 2013, do Tribunal de Contas da União (TCU), que mostra os principais problemas do setor, como a concentração de médicos nas capitais e a consequente falta no interior.

— O relatório aponta ainda insuficiência de leitos, superlotação de serviços de emergência, aparelhos antigos e desatualizados e falta de médicos, outros profissionais de saúde e insumos.



Pedro França/Agência Senado

# Avanços tecnológicos mudarão vida humana e trarão novos dilemas éticos

Cientista venezuelano falou aos senadores sobre as mudanças que a ciência provocará nos próximos 20 anos, como o fim das doenças

UM FUTURO SEM doenças e sem envelhecimento; um mundo sem lixo ou poluição; computadores comandados pelo pensamento e o domínio da inteligência artificial. As previsões são do cientista venezuelano José Luis Cordeiro, convidado da audiência pública sobre as novas fronteiras do conhecimento promovida ontem pela Comissão de Educação (CE).

— Nos próximos 20 anos haverá mais mudanças que nos últimos 2 mil anos. Vamos viver um período incrível da civilização humana — afirmou Cordeiro, professor da Singularity University, uma parceria da Nasa (a agência espacial americana) com o Google, conhecida como universidade do futuro.

A instituição fica no campus da Nasa no Vale do Silício, na Califórnia (EUA), onde estão as principais empresas de tecnologia do mundo. Entre os temas em debate, se destacam a nanotecnologia, a biotecnologia e a robótica, consideradas as áreas responsáveis pelas descobertas mais recentes e pelos avanços mais importantes nas novas fronteiras do conhecimento humano.

O professor também apresentou o conceito de “singularidade tecnológica”, o momento no qual a inteligência artificial vai alcançar a inte-



Ao lado de Cyro Miranda, presidente da CE, José Luis Cordeiro afirma que o homem chegará aos 100 anos com corpo de 20

ligência humana, estimado entre os anos 2029 e 2045.

## Imortalidade

Entre as consequências das inovações, estaria o fim das doenças, do envelhecimento e até da morte. Ele prevê que em cinco anos todas as pessoas poderão, a baixo custo, sequenciar o próprio genoma, descobrir os principais riscos de doenças e evitá-las. A medicina deixará de ser curativa, para ser preventiva.

Nas palavras de Cordeiro, será uma ciência exata, que permitirá ainda o controle do envelhecimento. Em laboratório, os cientistas já conseguem criar ratos que vivem três vezes mais que a sua expectativa de vida normal, que é de um ano e meio. Será possível ao homem viver com qualidade e chegar aos 100 anos com idade biológica de 20 anos.

— Será a morte da morte. Envelhecer, assim como morrer, será uma opção — enfatizou o palestrante.

O que há 30 anos parecia ficção, hoje é realidade. Os computadores pessoais, a rede mundial e os smartphones são um exemplo da rapidez nas mudanças, lembrou o professor. Mesmo assim, alertou, tudo isso estará obsoleto em poucos anos.

Os computadores começam a ser controlados pela transmissão do pensamento com os mesmos impulsos elétricos que podem mover o braço de um robô; já iniciamos o caminho para a criação de cérebros artificiais equivalentes aos cérebros humanos, com projetos em andamento no Japão, na Europa e nos Estados Unidos.

A nova neurociência, que une cérebro e máquinas, com

destaque para o pesquisador brasileiro Miguel Nicolelis, aperfeiçoa a conexão com os robôs, que em 15 anos terão muitas das características humanas.

Os benefícios são variados. Graças a essa tecnologia, um tetraplégico dará o pontapé inicial na abertura da Copa do Mundo de Futebol de 2014, usando uma veste robótica controlada pelo pensamento. E em 2016, na Suíça, será realizada a primeira olimpíada para atletas ciborgues, em que os competidores controlarão um avatar por meio de um computador conectado ao cérebro.

Na opinião do palestrante, a formulação de políticas para as novas gerações deve levar em conta as questões éticas, políticas e legais, “porque essas tecnologias vão mudar os humanos”, concluiu.

## Para especialistas, escola deve ser projeto da nação

O fato de a classe média brasileira ter migrado das escolas públicas para as particulares é reflexo de a educação ter deixado de ser um projeto de nação para ser um ideal que varia de acordo com a classe social, disse o consultor do Senado João Monlevade em audiência da comissão temporária destinada a debater e propor soluções para o financiamento da educação.

— Nos países desenvolvidos, a classe média confia na escola pública e matricula seus filhos nela — destacou.

O Estado não conseguiu priorizar a educação e os efeitos aparecem nos resultados de exames como o Pisa, o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes, segundo o pesquisador Marcelo Medeiros, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Na última edição, os estudantes brasileiros ficaram em 38º lugar entre os 44 países avaliados na área de raciocínio lógico. O desempenho dos

brasileiros também foi abaixo da média em leitura, ciências e matemática.

Ângela Portela (PT-RR), que presidiu a audiência, disse ser preciso impulsionar a qualidade do ensino:

— A posição do Brasil no Pisa é muito preocupante.

Medeiros sustenta que um dos fatores que mais pesam no sucesso da educação está fora da escola: é relacionado ao grau de instrução e de conhecimento dos pais. Baseado em estudos, o pesquisador do Ipea

admite que há, na fórmula de sucesso da educação, um peso “gigantesco” da origem social do aluno, potencializada pelo fato de, no Brasil, “o tempo diário da criança na escola ser pequeno e as férias, extensas”.

— É preciso considerar a inserção das crianças em outros ambientes — sintetizou.

Para Medeiros, “não existe a menor possibilidade de o Brasil ter ensino de qualidade sem educação integral” e defendeu redução do período de férias.

Pela estimativa de Monlevade,



Marcelo Medeiros, Ângela Portela e João Monlevade participam de audiência

## Dornelles defende cota para exibição de filmes nacionais

Francisco Dornelles (PP-RJ) disse considerar as cotas de exibição de filmes brasileiros um mecanismo útil para a proteção do cinema nacional. O senador mencionou a importância que os Estados Unidos dão ao cinema deles como atividade econômica e fonte de royalties internacionais. Para ele, as normas de reserva de mercado para a produção brasileira funcionarão melhor que a tributação de bens culturais estrangeiros.

Dornelles pediu atenção da Agência Nacional do Cinema (Ancine) e do Ministério da Cultura para o julgamento da “cota de tela”, em curso no Supremo Tribunal Federal (STF).

— O ministro Dias Toffoli [do STF] acatou uma demanda que arguia a inconstitucionalidade da cota. Estou certo que o ministro vai examinar com carinho o assunto, de fundamental importância para a sobrevivência da indústria cinematográfica.



Pedro Franco/Agência Senado

## Comissão de Orçamento destina R\$ 4,9 bi para o Fies

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) aprovou ontem parecer do deputado Milton Monti (PR-SP) ao projeto que abre crédito suplementar de R\$ 4,9 bilhões no orçamento fiscal da União de 2014 (PLN 1/2014). Os recursos são destinados ao Fundo de Financiamento Estudantil (Fies).

De acordo com o Poder Executivo, autor do projeto, o crédito garantirá a concessão de financiamento a estudantes do ensino superior privado. O benefício valerá tanto para novas contratações quanto para renovações semestrais de financiamentos já existentes no Fies.

O Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior foi instituído pela Lei 10.260/2001 e teve o nome alterado para Fundo de Financiamento Estudantil pela Lei 12.513/2011. O objetivo da mudança foi beneficiar também os estudantes da educação profissional e tecnológica.

# Avança aposentadoria especial para pescadores

Projeto que estabelece regras para concessão de benefício especial a pescadores foi aprovado ontem; período do defeso poderá ser contado como contribuição e motivará pagamento de salário

A COMISSÃO DE Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem regras para a concessão de aposentadoria especial a pescadores e trabalhadores de atividades afins, que pode ser requerida após 25 anos de contribuição. A categoria também deverá ser beneficiada com a contagem do período de defeso (época do ano em que a pesca é proibida) como tempo de contribuição previdenciária.

Essas medidas de proteção constam de proposta substitutiva do senador Benedito de Lira (PP-AL) a dois projetos sobre o tema que tramitam em conjunto, ambos do senador Paulo Paim (PT-RS). O relator recomendou a aprovação do PLS 150/2013, por ser o mais antigo. Embora formalmente rejeitado, conteúdos específicos do PLS 152/2013 também foram aproveitados.

— É uma vitória dessa categoria abandonada, sem apoio do Estado e dos governantes, que vive numa situação muito difícil. Às vezes levam semanas e meses em alto-mar, expostos

a condições de periculosidade, insalubridade e serviço penoso — comemorou Paim.

Como a matéria recebeu decisão terminativa na forma de um substitutivo, ainda deverá passar por turno suplementar na comissão para exame de emendas que ainda poderão ser apresentadas. Depois, seguirá para a Câmara dos Deputados, só passando pelo Plenário para decisão final se houver recurso com essa finalidade.

## Proteção ambiental

A proposta reconhece o período de defeso na pesca como tempo efetivo de contribuição para concessão de benefícios previdenciários e determina que ele será descartado no cálculo do valor do salário-benefício. No período de defeso, a pesca é interrompida para facilitar a reprodução de espécies em mares, rios e lagos.

Para que essa previsão seja efetivada, a proposta estabelece que o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) averbe

como tempo de contribuição o período de defeso decorrente de ato ou norma da União e que essa providência dependa de simples requerimento do segurado que comprove sua inscrição no Registro Geral da Pesca.

O substitutivo não fixa diretamente o prazo de contribuição para o pescador ter direito à aposentadoria especial em 25 anos. De forma indireta, porém, dispensa a categoria de comprovar, ao reivindicar esse benefício junto ao INSS, o tempo de trabalho permanente, não ocasional nem intermitente, em condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física.

## Salário-defeso

Pelo texto, durante o período de suspensão da pesca, esses trabalhadores ainda deverão receber o salário-defeso, no valor do piso salarial da categoria. A fonte de custeio será o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), conforme emenda proposta pelo relator.



Seringueiros foram recrutados pelo governo para o esforço de guerra

## Aprovado bônus de R\$ 25 mil para os soldados da borracha

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou ontem a chamada PEC dos Seringueiros (PEC 61/2013), que prevê pagamento de bônus de R\$ 25 mil aos chamados soldados da borracha — trabalhadores recrutados durante a 2ª Guerra Mundial para produzir látex para pneus de veículos usados pelas Forças Aliadas.

O texto, no entanto, não altera o valor da pensão vitalícia hoje paga aos soldados da borracha, fixada pela Constituição em dois salários mínimos. O texto original fixava a pensão em R\$ 1,5 mil para 2015 — valor que, no ano que vem, deverá ser inferior a dois salários mínimos, considerando-se o reajuste anual. Para evitar a redução, o relator na CCJ, senador Anibal Diniz (PT-AC), elevou o valor para R\$ 3.789, que equivale ao soldo pago a um primeiro-sargento das Forças Armadas.

O aumento, no entanto, não foi aceito pelo governo e, por sugestão da senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR), foi aprovada emenda supressiva para excluir o artigo. Assim, continua valendo a pensão de dois salários mínimos e a PEC 61/2013 fica restrita à previsão

de um bônus de R\$ 25 mil, a ser pago em parcela única e sem incidência de tributos.

A matéria agora segue para o Plenário, onde tramitará em regime de urgência.

No debate, o relator concordou com a sugestão de Gleisi Hoffmann por considerar que representa o “entendimento possível no momento”. Conforme Anibal Diniz, a saída encontrada mantém o vínculo da pensão ao salário mínimo e garante o pagamento do bônus aos soldados da borracha, hoje em idade avançada e que há anos esperam por essa gratificação. Já Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), Sérgio Petecão (PSD-AC), Ciro Nogueira (PP-PI) e Francisco Dornelles (PP-RJ) votaram contra a emenda supressiva.

## Sacrifícios

Durante audiência realizada em 2013 na CCJ, os seringueiros relataram as condições difíceis enfrentadas por eles nas florestas, no esforço de guerra, e disseram que foram submetidos a regime de trabalho de semiescravidão. Eles contaram que foram recrutados cerca de 55 mil trabalhadores, dos quais 5.879 continuam vivos.



Benedito de Lira (E) foi o relator de duas propostas de Paulo Paim (D): vitória de uma categoria abandonada pelo Estado

## “Jogo limpo financeiro” no futebol será debatido

O calendário do futebol nacional e a proposta destinada a proibir a participação de clubes endividados nos campeonatos (*fair play financeiro*) serão temas de audiência pública na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). Sugerido pelo senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), o requerimento para o debate foi aprovado ontem.

A comissão deverá convidar representantes do Ministério do Esporte, da Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e do Bom Senso Futebol Clube, associação de jogadores de futebol que defendem calendário mais racional para os certames e também a prática do “jogo limpo financeiro”. O jornalista esportivo Juca Kfourri será o quarto convidado.

Randolfe disse que a cria-

ção do Bom Senso FC, em 2013, significou um “movimento cívico” nunca antes presenciado no esporte nacional. Ele salientou que o grupo, com participação de mais de 100 jogadores, não somente vem criticando abertamente a gestão do futebol brasileiro, como já apresentou propostas concretas assimiladas por grande parte dos que acompanham a “paixão nacional”.

De acordo com o senador, a mudança no calendário envolveria o aumento na quantidade de jogos para os clubes pequenos e a diminuição de partidas dos grandes clubes. Já o *fair play financeiro* destaca medidas de gestão tanto dos clubes quanto das federações em harmonia com o cumprimento das obrigações trabalhistas e fiscais.

## Vanessa cobra regulamentação da PEC das Domésticas

A senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) reclamou em Plenário que a Emenda Constitucional das Domésticas (EC 72) completou um ano ontem sem que os direitos da categoria tenham sido regulamentados. A regulamentação é essencial para que os direitos desses trabalhadores possam sair do papel e virar realidade.

Ela disse que o Senado já fez a parte dele, aprovando em julho do ano passado o projeto que regulamenta os direitos previstos na emenda (PLS 224/2013 — Complementar), mas até hoje a proposta aguarda votação na Câmara.

Vanessa comentou que um terço das trabalhadoras brasileiras atua no serviço doméstico e a maioria delas ainda

não tem carteira assinada.

— Até hoje a Câmara dos Deputados ainda não votou a matéria, o que prejudica enormemente a situação de muitas trabalhadoras. De acordo com relatório da OIT [Organização Internacional do Trabalho], feito a partir de levantamento em 117 países, o Brasil é o país que tem maior quantidade de trabalhadores e trabalhadoras domésticos — declarou.

Vanessa também comemorou a aprovação ontem de duas propostas pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ): o projeto que proíbe qualquer contribuição financeira de empresas para partidos e políticos e a proposta de emenda à Constituição que beneficia os soldados da borracha.



Protesto organizado pelo Bom Senso F.C. antes de partida do campeonato brasileiro

Comitê da Bacia Hidrográfica cobra ressarcimento pelo impacto na atividade econômica da região causado pela redução do volume de água, feita a pedido das hidrelétricas

# Prejuízos pela redução da vazão do São Francisco devem ser compensados

O COMITÊ DA Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco cobrou ontem, durante audiência pública da Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR), o ressarcimento dos danos causados aos usuários do rio pela decisão do governo federal de reduzir as vazões do São Francisco abaixo do mínimo permitido, à jusante (o lado para onde se dirige a corrente de água) das Usinas Hidrelétricas de Sobradinho (BA) e Xingó (SE). A redução da vazão do São Francisco, a oferta de água no âmbito da bacia hidrográfica do rio e a queda dos valores dos royalties transferidos aos municípios do sistema da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf) foram os temas da audiência, proposta por Antonio Carlos Valadares (PSB-SE).

## Compensação

A redução da vazão foi solicitada pela Chesf, a concessionária das usinas. As usinas estão trabalhando com uma vazão de 1.100 metros cúbicos por segundo — abaixo da vazão mínima de 1.300 metros cúbicos por segundo —, o que, para o vice-presidente do



Superintendente da Aneel, Helvio Guerra (3º à dir.) faz explanação em audiência pública dirigida por Valadares (C)

comitê, Wagner Soares Costa, tem afetado o abastecimento de milhares de habitantes da região, assim como atividades econômicas como a pesca, a aquicultura e a agricultura. Costa observou que a produção de energia é apenas um dos múltiplos usos do rio.

— Queremos que seja avaliada a possibilidade de indenização ou de compensação — disse.

Ele afirmou que as reduções emergenciais têm se tornando cada vez mais comuns e pediu a elaboração de uma programação que permita aos usuários se organizarem para os períodos de menor volume de água disponível.

Esse foi também o pedido do coordenador-geral do Fórum Sergipano de Comitês de Bacias Hidrográficas Estaduais, Luiz Carlos Souza Silva.

— Acho que se faz necessário que os interessados pelo uso da água do Rio São Francisco sejam ouvidos todas as vezes que houver a necessidade de redução da vazão — cobrou Silva.

## Segurança hídrica

Segundo o diretor de Operação da Chesf, Mozart Arnaud, a redução da vazão de água atende não apenas a produção de energia, mas a própria segurança hídrica.

— Se nós tivéssemos continuado a praticar 1.500 metros cúbicos por segundo, a reserva de água hoje em Sobradinho estaria lá embaixo. É lógico que é importante para o setor elétrico, mas é uma questão de segurança hídrica para o Nordeste — disse.

Sobre o ressarcimento, o superintendente de Concessões e Autorizações de Geração SCG da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Helvio Neves Guerra, observou que os estados onde estão instaladas as usinas já recebem compensação financeira pelo

impacto da atividade.

— Os próprios estados poderiam ajudar as comunidades que estão à jusante dos reservatórios porque a compensação financeira recebida pelos municípios é hoje para aqueles que estão à montante.

Sobre os royalties da exploração dos recursos hídricos na geração de energia, a Chesf explicou que o valor da compensação depende da quantidade de energia gerada, hoje prejudicada pela estiagem.

O superintendente de Usos Múltiplos da Agência Nacional de Águas (ANA), Joaquim Guedes Corrêa Gondim Filho, afirmou que a intenção é criar regras estáveis, com a participação da sociedade, para garantir que a redução da vazão seja feita de forma sistemática, minimizando o impacto no cotidiano.

— [Queremos que] toda vez que os reservatórios e rios estejam em níveis mais baixos se pratique vazões mais baixas, mas não sair de uma vazão de 1.800 metros cúbicos por segundo direto para 1.100 metros cúbicos por segundo. Estamos discutindo estágios para que todos possam se preparar melhor para as consequências da redução — explicou.

## Valadares: limites para órgãos que definem a vazão

Para tentar contornar os problemas da decisão do governo federal de reduzir as vazões do São Francisco, o presidente da CDR, Antonio Carlos Valadares, anunciou que pretende apresentar projeto de lei para garantir uma normatização mais equilibrada, criando limitações para os órgãos que participam do processo de redução da vazão de rios, e, ao mesmo tempo, assegurando a segurança hídrica e energética.

— O Senado pode dar sua contribuição com uma nova legislação que garanta que todos os consumidores e todas as instituições se sintam participantes das decisões tomadas, priorizando não apenas o setor elétrico — afirmou o parlamentar durante a audiência pública na CDR.

Na reunião, a comissão recebeu contribuições de cidadãos por meio de canais interativos. Em resposta a um dos questionamentos enviados por meio do Portal e-Cidadania, o representante da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Helvio Neves Guerra, garantiu que, apesar da estiagem, o governo tem se esforçado para garantir que o problema não represente impactos na conta de energia elétrica.

— Hoje temos uma situação de que os reservatórios não têm condição de gerar energia em sua plenitude, o que impacta o custo da geração. O governo acertadamente tem tomado todas as providências para que o consumidor não seja impactado de forma agressiva — assinalou o superintendente.

## Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco



Fonte: CBHSF

# Máquina agrícola fica isenta de registro, decide comissão

Tratores e demais máquinas agrícolas, como as colheitadeiras, poderão ser desobrigados do registro e do licenciamento anuais nos departamentos estaduais de trânsito. É o que prevê o PLC 57/2013, aprovado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), com parecer favorável do relator, Luiz Henrique (PMDB-SC).

Na análise do mérito, na Comissão de Agricultura (CRA), a relatora, Ana Amélia (PPRS), considerou a proposta de grande importância para a agricultura.

Segundo a senadora, a dispensa expressa de registro e licenciamento de máquinas

agrícolas e veículos automotores destinados a executar trabalhos agrícolas representará uma redução de custos e de procedimentos burocráticos, com significativa contribuição para o aumento da competitividade do agronegócio.

As discussões vêm se arrastando desde 1997, quando o licenciamento se tornou regra, com a aprovação do Código de Trânsito Brasileiro. A exigência inquietou o setor, que atribuiu à medida aumento nos custos de produção. Estima-se que as despesas correspondam a 3% do valor de cada máquina.

## Apoio

Ana Amélia comemorou a

aprovação na CCJ e lembrou que as máquinas agrícolas e tratores ficam circunscritos ao trânsito dentro das propriedades rurais.

A senadora acrescentou que o índice de acidentes

provocados por máquinas é pequeno e que os casos configuram acidentes de trabalho.

— E sabe qual é o objetivo disso? Se fosse a segurança do agricultor... Não, é o desejo

de arrecadar mais. Uma espécie de fúria arrecadatória. A estimativa é de que sejam arrecadados R\$ 57 bilhões em impostos. Felizmente, nós sepultamos [o projeto] isso hoje com a aprovação do relatório feito pelo senador Luiz Henrique — comemorou a parlamentar.

A senadora também registrou que Eduardo Suplicy (PT-SP) desistiu de apresentar pedido de vista coletiva sobre a matéria, o que acabou por agilizar a votação do texto.

O projeto poderá seguir diretamente para sanção presidencial, caso não haja recurso para votação no Plenário do Senado.



Segundo Ana Amélia, índice de acidentes causados pelas máquinas é pequeno



# Fórum de Infraestrutura apresenta 101 sugestões para melhorar o país

Relatório do evento foi lido ontem na Comissão de Infraestrutura. Sugestões de projetos serão distribuídas a relatores na reunião do dia 16

O RELATÓRIO FINAL do 1º Fórum Nacional de Infraestrutura, promovido pela Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado (CI) em 27 e 28 de março, inclui 101 sugestões destinadas aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário nos diferentes âmbitos da Federação. O documento, que engloba propostas concretas para áreas como energia elétrica, mineração e transportes, foi apresentado ontem pelo presidente do colegiado, senador Fernando Collor (PTB-AL).

Do total, 78 são recomendações das sete mesas-redondas que reuniram ministros, senadores e outras autoridades. Incluem 14 anteprojetos que poderão ser transformados em propostas de emenda à Constituição (PECs) e projetos de lei, além de indicações de mudanças na infraestrutura do país e solicitação de estudos da Consultoria Legislativa do Senado.

— Minha convicção hoje é de que este fórum produziu um caderno de instrumentos de contribuição para que o Brasil possa construir o espaço seguro a que me referi na abertura do evento. No caso, o intuito dessa construção é o de permitir ao país atrair investimentos e promover mais adequadamente seu desenvolvimento econômico e social — disse Collor.

## Energia elétrica

Entre as propostas e recomendações para o setor de energia elétrica e combustíveis, está a redução dos tributos incidentes sobre a conta de luz, especialmente PIS-Cofins e



Fernando Collor, Alfredo Nascimento e Valdir Raupp na apresentação dos relatórios do 1º Fórum de Infraestrutura

ICMS; e a revisão da política de preços de combustíveis praticada pela Petrobras, apontada no documento como prejudicial à economia nacional.

O texto também propõe aprimorar a gestão do processo de licenciamento ambiental pela criação de um fórum que congregue representantes de todos os órgãos responsáveis pela outorga de licenças com participação do Ministério Público.

## Mineração

Na área de mineração, o relatório propõe a criação de uma agência reguladora. Outra sugestão é apresentar uma proposta de emenda à Constituição (PEC) que trate da flexibilização ou extinção do monopólio da União sobre a pesquisa, lavra e comércio dos minerais nucleares.

## Telecomunicações

Na área de telecomunicações, incluem-se recomen-

dações como privilegiar a cobertura, o preço para o consumidor e a qualidade dos serviços em detrimento da arrecadação nos editais de licitação das faixas de frequência para a quarta geração de telefonia móvel (4G). Outro ponto levantado no documento é a regulamentação, no Marco Civil da Internet, de ações de segurança cibernética.

## Transportes

Assegurar a disponibilidade de engenheiros no corpo técnico dos órgãos do Executivo em qualidade e quantidade necessárias para enfrentar os desafios da área é uma das sugestões listadas no relatório final do Fórum de Infraestrutura. Outra recomendação é simplificar a competitividade da navegação interior.

No setor de transporte de passageiros, o barateamento do preço das passagens em transportes coletivos como ônibus, trens e metrô também

é uma preocupação manifestada no documento. Uma das sugestões para alcançar esse objetivo é alterar a legislação da Cide-Combustíveis, de forma que os recursos sejam destinados para esse fim.

## Saneamento

Uma das recomendações para a área de saneamento, abastecimento de água e irrigação é a elaboração de uma política nacional de segurança hídrica voltada para a construção e o gerenciamento de reservatórios de usos múltiplos.

Após a leitura do relatório, foi concedida vista coletiva. Segundo Collor, os senadores analisarão o texto na próxima reunião, marcada para quarta-feira. Já no dia 16, os anteprojetos sugeridos serão distribuídos a relatores e, se aprovados posteriormente pela comissão, serão apresentados como propostas de autoria da CI e iniciarão a tramitação na Casa.

## Acatada em comissão, indicação a diretoria da Antaq vai a Plenário

Por 15 votos favoráveis, 2 contrários e 1 abstenção, a Comissão de Infraestrutura (CI) aprovou ontem a indicação de Adalberto Tokarski para o cargo de diretor na Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq). A comissão também aprovou requerimento para que o Plenário analise a indicação em regime de urgência, o que pode ocorrer ainda hoje.

Sabatinado ontem pela CI, Tokarski, que ocupa cargos gerenciais na Antaq desde 2006, ressaltou a importância do setor para o desenvolvimento do país e a necessidade de investimentos no sistema hidroviário. Ele classificou como estratégicos, por exemplo, os investimentos para melhorar a navegabilidade do Rio Tocantins e garantir o escoamento da produção, principalmente de grãos da Região Centro-Oeste, pelos portos do Norte do país.

Em resposta a questionamentos de senadores, defendeu também a construção simultânea de hidrelétricas e eclusas nos rios navegáveis, para não prejudicar o escoamento da produção.



Tokarski será diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários

## Flexa Ribeiro defende proposta de novo marco para a mineração

O projeto que cria o novo Código de Mineração precisa ser analisado logo pela Câmara dos Deputados, segundo Flexa Ribeiro (PSDB-PA). A proposta encaminhada pelo governo ao Congresso no ano passado está parada, disse o senador.

Flexa Ribeiro sugeriu que, caso não haja acordo para votar integralmente a proposta (PL 5.807/2013) — que trata de direito mineral, da revisão da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (Cfem) e da transformação do Departamento Nacional de Produção Mineral em agência —, o texto seja desmembrado, permitindo a votação imediata da revisão da Cfem. O senador sublinhou que os principais estados onde há exploração mineral (Pará, Minas Gerais, Bahia e Goiás) querem que a alíquota da Cfem sobre o minério de ferro passe de 2% para 4% e incida sobre a receita bruta obtida com a exploração do mineral.

— Na Austrália, a alíquota é de 7,5%. Na Índia, de 10%, e, no Chile, de 16%. E tais países não deixaram de ser competitivos no mercado mundial de minério.



Pedro França/Agência Senado

## Humberto Costa: governo federal investiu muito em Pernambuco

Os avanços obtidos por Pernambuco contaram com forte participação do governo federal, afirmou Humberto Costa (PT-PE). Segundo o senador, nos últimos anos, a União aplicou no estado pelo menos R\$ 100 bilhões nas áreas de transporte, energia, saneamento, mobilidade urbana, habitação e recursos hídricos. Segundo o senador, há quase 3 mil empreendimentos em execução em Pernambuco pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). E, na área social, mais de 1 milhão de famílias pernambucanas são beneficiadas pelo Programa Brasil sem Miséria.

Humberto reclamou que, apesar desses números, o governador pernambucano, Eduardo Campos, pré-candidato do PSB à Presidência da República, tem inaugurado as obras financiadas com dinheiro federal como se fossem unicamente do governo dele.

— A utilização da máquina pública para promoção eleitoral é uma prática que diminui o agente público e que não deve ser conservada na nossa democracia — criticou.



Pedro França/Agência Senado

## Para Cícero, pobres sofrem com falta de rumo da política econômica

Cícero Lucena (PSDB-PB) chamou a atenção para o prejuízo das regiões mais pobres do país com o que considerou uma falta de rumo da política econômica do governo federal.

O parlamentar criticou principalmente a falta de método das desonerações tributárias (as isenções ou reduções de impostos), salientando que essas medidas econômicas prejudicam a arrecadação de estados e municípios. Na opinião de Cícero Lucena, as reduções de tributos com o objetivo de estimular o consumo vêm produzindo distorções crescentes e, ao mesmo tempo, alimentam a inflação de uma forma preocupante.

— Além disso, o modo como esse processo tem sido levado adiante torna o sistema tributário cada vez mais injusto e perverso. De um lado, com o ônus de sustentar o Estado recaindo cada vez mais sobre os pobres, os empresários e os trabalhadores; do outro, os estados e municípios perdendo recursos e ficando cada vez mais dependentes do governo federal. Aquele contribuinte que não tem o poder de barganhar junto ao Executivo, no final das contas, paga os impostos dos que ficaram isentos — disse o senador.

Termina em 2 de agosto o prazo fixado por lei para que os municípios tenham planos de gestão de resíduos sólidos e eliminem os lixões

# Municípios pedem mais prazo para organizar a gestão do lixo

REPRESENTANTE DA CONFEDERAÇÃO Nacional de Municípios (CNM) pediu que o prazo para elaboração dos planos municipais de gestão de resíduos sólidos, que termina em agosto, seja prorrogado por mais um ano e que as prefeituras tenham mais três anos, a partir da finalização do plano municipal, para acabar com os lixões.

A demanda foi apresentada por Eduardo Stranz, coordenador de Estudos Técnicos da CNM, a Sérgio Cotrim, do Ministério das Cidades; Ruy Gomide Barreira, da Fundação Nacional de Saúde (Funasa); e Eduardo Rocha, do Ministério do Meio Ambiente.

Eles participaram de debate ontem na Subcomissão Temporária de Resíduos Sólidos, presidida por Cícero Lucena (PSDB-PB).

Conforme Stranz, apenas uma pequena parcela dos municípios conseguirá finalizar os planos de gestão de resíduos sólidos e eliminar os lixões até 2 de agosto, prazo fixado pela Lei 12.305/2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Para que as cidades brasileiras consigam se adequar à legislação, disse ele, além da



Representante do Ministério do Meio Ambiente, Eduardo Rocha (E) fala em audiência presidida por Cícero Lucena (C)

prorrogação, é preciso que a União faça transferência direta de recursos, a exemplo do que é feito nos investimentos do PAC, e que mais técnicos locais sejam capacitados.

Stranz questionou o pequeno alcance do apoio federal desde a implantação da lei. Conforme Eduardo Rocha, o Ministério do Meio Ambiente recebeu 577 solicitações de apoio para a elaboração de planos, das quais 153 foram aprovadas, mas apenas 8 foram executadas.

Entre os problemas para fazer a ajuda chegar aos municípios, Ruy Barreira, da Funasa, apontou a baixa capacidade dos municípios até mesmo para

acessar os mecanismos de solicitação de apoio técnico. E quando ocorrem capacitações, disse, muitas vezes o esforço se perde pela descontinuidade resultante do fim de mandatos nas prefeituras e nos governos estaduais.

## Consórcios

A organização dos municípios em consórcios foi uma das medidas apontadas para acelerar a implantação da Política Nacional de Resíduos Sólidos. De acordo com Barreira, além de reduzir custos, a formação de consórcios permite otimizar o uso de pessoal capacitado, que passa

a ter atuação em mais de uma cidade.

— O consórcio permite um melhor gerenciamento e uma maior economicidade — afirmou Cícero Lucena, ao exemplificar que pequenos municípios podem compartilhar equipamentos necessários à limpeza das cidades.

O representante da CNM informou, no entanto, que as ações em muitos consórcios se inviabilizam quando uma das cidades do grupo está negativamente junto ao Serviço de Informações para Transferências Voluntárias, que é o sistema contábil para os governos municipais, conforme Stranz.

## Figueiró registra audiência sobre preservação do Pantanal

Ruben Figueiró (PSDB-MS) registrou a realização de audiência pública da Comissão de Meio Ambiente (CMA) em Campo Grande para discutir o projeto de



lei que regula o uso e a preservação de toda a planície pantaneira. Ele lembrou que dois terços do Pantanal estão em Mato Grosso do Sul e que Mato Grosso já tem uma lei que regulamenta a matéria.

O senador informou que foram discutidos na audiência assuntos como as áreas

de preservação permanente, a vedação do plantio de cana para fins industriais e a vedação do uso de agrotóxicos e do plantio de transgênicos. Figueiró acredita

que é possível aliar a preservação do Pantanal e a ação do pantaneiro na região, sem provocar danos ao bioma. — O Pantanal é uma das preciosidades que o Brasil tem e precisa ser preservado da sanha de alguns que não o entendem e que desejam desvirtuá-lo — afirmou.

## Rolleberg destaca relatório da ONU sobre mudanças climáticas

O alerta sobre consequências do aquecimento global feito pelo relatório do Painel Internacional Governamental de Mudanças Climáticas (IPCC) preocupa Rodrigo Rolleberg (PSB-DF).

As temperaturas devem subir até 4,8 graus centígrados neste século e o nível dos mares aumentará entre 26 e 82 centímetros até o ano de 2100. As secas ficarão mais severas, obrigando a agricultura a migrar para regiões mais frias. O relatório também registra a



previsão de perdas de mais 25% das colheitas de milho, arroz e trigo até 2050.

O senador explicou que o IPCC é uma entidade ligada à Organização das Nações Unidas (ONU) e envolve mais de 700 pesquisadores de 100 países. Na visão de Rolleberg, os dados apresentados pelo painel são alarmantes e exigem uma reflexão dos governantes.

— Os cientistas alertam para o aumento das tempestades e para a redução de oferta de água potável — acrescentou.

## Titularidade da terra exigida pela MP 636 não é consenso

Deputados defenderam na terça-feira, em audiência pública, a retirada de trecho da Medida Provisória (MP) 636/2013 que exige a transferência da titularidade da terra como condição para ter direito à propriedade da casa construída.

O ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, que participou da audiência, disse que a titulação é um direito constitucional, mas está atento ao tema da reconcentração fundiária.

O relator da MP, Wellington Dias (PT-PI), deverá apresentar o relatório na quarta-feira. Ele afirmou que está sensível à preocupação dos parlamentares no que diz respeito à comercialização dos lotes.

— Se não tivermos cuidado, essa terra acaba se concentrando novamente — observou o senador.

(Da Agência Câmara)

## Ampliação do Benefício Garantia-Safra será debatida terça-feira

A Medida Provisória (MP) 635/2013, que ampliou o valor do Benefício Garantia-Safra para a colheita 2012-2013, será debatida em audiência pública na terça-feira, às 14h.

Serão convidados para a audiência, a ser dividida em dois blocos, representantes dos Ministérios da Fazenda; da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; e do Desenvolvimento Agrário, além de dirigentes de associações de plantadores de cana-de-açúcar de Pernambuco e de Sergipe.

José Pimentel (PT-CE) saudou a apresentação dos requerimentos para a realização da audiência. A iniciativa também recebeu o apoio do relator da MP, deputado Givaldo Carimbão (PROS-AL). Ele ressaltou que a medida atende interesses específicos do Nordeste, ao compensar os produtores atingidos pela seca na região.

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros

**Primeiro-vice-presidente:** Jorge Viana

**Segundo-vice-presidente:** Romero Jucá

**Primeiro-secretário:** Flexa Ribeiro

**Segunda-secretária:** Ângela Portella

**Terceiro-secretário:** Ciro Nogueira

**Quarto-secretário:** João Vicente Claudino

**Suplentes de secretário:**

Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

**Diretor-geral:** Helder Rebouças

**Secretária-geral da Mesa:** Claudia Lyra

### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretor:** Davi Emerich

**Diretor-adjunto:** Flávio de Mattos

**Diretor de Jornalismo:** Eduardo Leão

### AGÊNCIA SENADO

**Coordenador:** Marco Antonio Reis (61) 3303-3327

**Chefia de Reportagem:** Teresa Cardoso e Sheyla Assunção

**Edição:** Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

**Site:** [www.senado.leg.br/noticias](http://www.senado.leg.br/noticias)

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

**Coordenador:** Flávio Faria (61) 3303-3333

**Editor-chefe:** Sílvio Burle

**Editores:** André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Thâmara Brasil

**Diagramação:** Ronaldo Alves e Sandro Alex

**Revisão:** Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

**Coordenação de fotografia:** Paula Cinquetti

**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso (61) 3303-3333

Rejeição do presidente Renan Calheiros a questões de ordem provocou debates acalorados em Plenário. Oposição aponta manobra e governo evoca o direito da Maioria

# Decisão sobre criação de CPIs segue para CCJ

CABERÁ À COMISSÃO de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) a palavra final sobre o embate entre senadores de oposição e da base aliada ao governo em torno da criação de comissões parlamentares de inquérito (CPIs) no Senado. Ontem, o presidente da Casa, Renan Calheiros, rejeitou as duas questões de ordem apresentadas contra os requerimentos de criação de CPI da oposição e do governo e remeteu a própria decisão para análise da CCJ (*leia mais na pág. 12*).

— Nós negamos as duas questões de ordem. Decidimos que pode, sim, crescer fatos determinados. É apenas uma CPI acrescida de novos fatos — explicou Renan, depois de apresentar precedentes do Supremo Tribunal Federal (STF) e do próprio Senado.

As questões de ordem contestam os dois requerimentos lidos em Plenário na terça-feira: o primeiro, apresentado por Alvaro Dias (PSDB-PR) com apoio de mais 28 senadores, propõe CPI da Petrobras para investigar a compra de uma refinaria nos Estados



Senadores de oposição e da base governista alternaram discursos em torno da polêmica sobre o escopo de investigações da CPI após decisão da Presidência do Senado

Unidos e outras três denúncias relacionadas à empresa; o segundo, do líder do PT, Humberto Costa (PE) e mais 30 senadores, prevê investigação, além da Petrobras, de suspeita de cartel em contratos dos metrô de São Paulo e do Distrito Federal sob governos de partidos da oposição.

Gleisi Hoffmann (PT-PR) contestou a proposta da oposição por incluir mais de um fato determinado. Aloysio Nunes Ferreira (SP), líder do PSDB, pediu impugnação do pedido

dos governistas por englobar fatos referentes a governos estaduais.

Ambos os pedidos foram negados por Renan e a decisão motivou críticas da oposição, que ameaçou acionar o Supremo Tribunal Federal (STF) para que prevaleça a CPI exclusiva da Petrobras.

— Temos direito líquido e certo de instalar a CPI proposta por Alvaro Dias. Não cabe ao senhor [Renan] dizer que prefere essa ou aquela. Estou examinando a possibilidade

de ir ao Supremo para que o nosso direito seja preservado — anunciou Aloysio.

Já o líder do governo, Eduardo Braga (PMDB-AM), defendeu a decisão do presidente.

— Em que pese a CPI ser instrumento da Minoria, não se pode ignorar a Maioria. O governo também tem direito de ampliar o escopo de investigação — afirmou.

Renan citou decisões judiciais que permitiram que CPIs tivessem mais de um fato a ser investigado, principal argu-

mento das questões de ordem. — Creio que a prudência e a razão recomendam que investiguemos todos os fatos narrados. Não vejo como evitarmos as investigações suscitadas — afirmou.

— Se uma comissão começa com fatos, ainda que múltiplos, seu objeto de investigação está determinado — explicou Renan.

O prazo para que a CCJ avalie a decisão de Renan é de dois dias úteis, segundo o Regimento Interno.

## Oposição aponta manobra do governo para inviabilizar investigação da estatal



A decisão do presidente do Senado, Renan Calheiros, de rejeitar questão de ordem da oposição e admitir a ampliação das denúncias a serem investigadas pela CPI da Petrobras recebeu duras críticas da oposição.

Os senadores alegaram que a inclusão do metrô de São Paulo no âmbito de investigação é uma manobra do governo para desviar o foco da Petrobras.

— A CPI proposta pelo governo é uma CPI de araque. É para abafar a CPI da oposição — protestou o líder do PSDB, Aloysio Nunes Ferreira (SP, *foto*).

Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) afirmou que, se a decisão de Renan for mantida pela CCJ, o Senado dará fim, na prática, ao instituto da CPI.

## Base aliada reage contra acusações dos opositoristas e defende direito da Maioria

Gleisi Hoffmann (PT-PR) negou ontem que seu partido esteja fazendo uma manobra para evitar as investigações.

A acusação foi feita por Aécio Neves (PSDB-MG) apontou uma manobra da base do governo, para quem, tendo ampla maioria, o governo poderia propor a investigação por outra CPI, de qualquer fato determinado, em vez de tentar impedir as investigações sobre irregularidades na Petrobras.

— Essa palavra [manobra] é muito forte. Nós estamos fazendo um debate político, com base no Regimento do Senado, com base na legislação deste país. Não é manobra. É do estado de direito — disse a senadora.

O líder do governo, Eduardo Braga (PMDB-AM), louvou a iniciativa de Renan por possibilitar, segundo ele, um amplo debate. O senador disse que a maioria governista não pode ser ignorada.

## Para o líder do PT, denúncias já estão sendo bem apuradas por outros órgãos

O líder do PT no Senado, Humberto Costa (PE), afirmou que tanto as denúncias que envolvem o metrô de São Paulo quanto as que envolvem a Petrobras já estão sendo muito bem investigadas pelo Ministério Público, Polícia Federal, Tribunal de Contas da União e pelas próprias empresas.

— Defendemos que investigações sejam feitas sobre qualquer caso, mas achamos que as que já estão sendo feitas são suficientes. Os órgãos de investigação estão trabalhando muito bem em todos esses casos. Estão investigando todas as denúncias e essas instituições podem investigar melhor do que aqui — afirmou.

Para o senador, a CPI da Petrobras será “uma espécie de videotape da CPI do Cachoeira, ou seja, muitas reuniões, muitos depoimentos, muitas quebras de sigilo, mas com pouco avanço naquilo que outros órgãos já investigaram”.

## Taques diz que decisão “fere de morte” o instituto das comissões de inquérito



A possibilidade de a CPI da Petrobras acabar abrangendo a investigação de diversas outras denúncias, como as relativas aos metrô de São Paulo e do Distrito Federal, causou debate intenso no Plenário, com questionamentos quanto à própria constitucionalidade da decisão.

Pedro Taques (PDT-MT) afirmou que, ao se permitir que fatos não relacionados sejam investigados por uma mesma comissão parlamentar de inquérito, fica ferido o direito da Minoria de usar esse instrumento de fiscalização.

— Nós estamos aqui ferindo de morte o instituto da CPI. Se o instituto das CPIs é um instrumento das minorias parlamentares, toda CPI que for requerida pela Minoria, a Maioria vai agregar fatos.

## “Ninguém está matando o requerimento da oposição”, afirma Eunício Oliveira



O líder do PMDB, Eunício Oliveira (CE), disse que a base governista não quer impedir a oposição de investigar as denúncias sobre a Petrobras, mas ampliar o trabalho.

— Ninguém está aqui matando o requerimento da oposição. Os quatro itens da oposição não foram retirados, nem uma

vírgula. Está tudo aqui. É direito de quem tem 27 assinaturas fazer adendo e complementar todas as investigações — afirmou.

Para ele, Renan Calheiros tomou a decisão acertada ao encaminhar a questão à CCJ. Segundo Eunício, o prazo de apenas dois dias que a comissão terá para dar um parecer sobre o assunto reforça a tese de que não há manobra para impedir as investigações.

## Jarbas Vasconcelos revela ceticismo e espera resultados do Ministério Público



Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) declarou completo ceticismo em relação às investigações da CPI.

— Essa CPI não vai dar em nada, não vai funcionar em ano de Copa e de eleições. É melhor ficar com o Ministério Público, que já está tomando conta do caso — afirmou o senador, que criticou duramente o governo e o PT.

Ele declarou ser necessário investigar os contratos da Refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco, que contaria com recursos da PDVSA, estatal da Venezuela, que nunca chegaram.

Jorge Viana (PT-AC) disse esperar que a CPI não seja usada pela oposição para “dar combustível” às campanhas eleitorais.

Pedido deverá ser lido na sessão do dia 15, mas o senador Aécio Neves solicitará sessão extraordinária para a leitura do requerimento, devido à gravidade do tema

# Oposição apresenta pedido de CPI mista da Petrobras

PARLAMENTARES DA OPOSIÇÃO protocolaram ontem o pedido de criação de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) mista para investigar denúncias de irregularidades na Petrobras. Ao todo 30 senadores e 231 deputados assinaram o requerimento, entregue na Secretaria-Geral da Mesa do Senado. Depois que as assinaturas forem conferidas, o pedido fica liberado para ser lido na próxima sessão do Congresso, marcada para o dia 15.

O senador Aécio Neves (PSDB-MG) declarou que apresentará questão de ordem ao presidente do Senado, Renan



Parlamentares protocolam requerimento para criação da CPMI da Petrobras

Calheiros, solicitando a marcação de sessão extraordinária do Congresso para a leitura do requerimento, devido à gravidade do tema e à expectativa da sociedade em relação ao

assunto. Aécio acrescentou que o governo tem todo o direito de querer investigar as denúncias envolvendo o metrô de São Paulo, por exemplo, mas ressaltou que a proposta de uma CPI que abranja esse tema e a Petrobras é uma manobra para tumultuar o processo e obstruir a investigação das irregularidades na estatal.

— Investiguem o que acharem necessário, abram quantas CPIs quiserem, o governo tem maioria para isso, mas não usem do instrumento da violência para impedir uma manifestação constitucional e regimental da Minoria — disse.

## Cyro diz que investigação é uma prioridade nacional

Cyro Miranda (PSDB-GO) defendeu em Plenário a criação da CPI da Petrobras. Ele disse que a busca do esclarecimento sobre a compra de uma refinaria em Pasadena, no Texas, não pode ser vista como uma manobra eleitoreira, lembrando que o negócio deu prejuízo de cerca de R\$ 3 bilhões à Petrobras.

Para Cyro, se o Congresso Nacional abrir mão do direito de investigar, isso terá um

impacto negativo na imagem da instituição. A investigação pela CPI, segundo o senador, é uma forma de o Congresso entrar em sintonia com a sociedade brasileira e de evitar a dilapidação do patrimônio da Petrobras.

— A CPI da Petrobras deve ser vista como uma questão de prioridade nacional, uma resposta do Congresso às justas cobranças da sociedade civil — declarou.

## Couto: impasse se deve ao envolvimento de Dilma

Mário Couto (PSDB-PA) afirmou que a dificuldade para a instalação de uma CPI que investigue a compra de uma refinaria pela Petrobras tem uma única causa: o envolvimento da presidente Dilma Rousseff. Ele disse que os governistas vão fazer de tudo para que a instalação da comissão demore ou até mesmo não ocorra.

O senador lembrou que, em março, o governo divulgou nota informando que



Pedro Franco/Agência Senado

Dilma votou a favor da compra da refinaria quando participava do Conselho de Administração da Petrobras porque tinha informações incompletas. O senador ressaltou, porém, que outro membro informou que o conselho tinha a documentação completa sobre a compra 15 dias antes da aprovação.

— Sabem por que tudo isso? Porque envolve a presidente Dilma. Ela sim devia receber o impeachment — afirmou.

Genildo Falcão/Petrobras



Irregularidades na estatal poderão ser investigadas junto com denúncias no metrô

## Portal da Transparência

### É simples pesquisar

Secom | Coordenação de Criação e Marketing

O **Portal da Transparência e Controle Social** é uma ferramenta de grande utilidade para facilitar a consulta dos atos administrativos do Senado Federal, como **informações** relativas a licitações, contratos e execução orçamentária, além de subsídios e cotas para o exercício da atividade parlamentar dos senadores. Tudo isso **organizado** de forma a tornar bem **simples** a coleta e **compreensão** dos dados pelo cidadão.

Mais informações: [www.senado.leg.br/transparencia](http://www.senado.leg.br/transparencia)



**Senado + transparente. A informação ao seu encontro.**